

Padre ameaçado não recebe segurança

Há oito anos a frente da Comissão Justiça e Paz, órgão da Arquidiocese de Porto Velho, José Geraldo da Silva, 42, o padre Juquinha é um dos líderes de movimentos sociais ameaçados de morte por denunciar autores de violações dos direitos humanos de pobres e oprimidos na região Norte, que o Governo Federal e Estadual faz de conta que não precisa de segurança.

Passado mais de 20 dias nada foi feito após o Ministério Público Federal (MPF) pedir à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e ao governador de Rondônia, providências de salvaguarda ao padre, enquanto investiga as ocorrências de ameaças de morte sofridas pelo padre.

Em entrevista ao Imagem News, padre Juquinha afirma que após a abertura do inquérito, a única medida tomada pela Polícia, por enquanto, foi registrar um Boletim de Ocorrência.

“A gente tenta levar a vida da mesma maneira, andando com muito cuidado e precaução. Se tiver alguma ajuda, vamos aceitar sim. Agora, viver em função disso, com ação do governo, daqui e dali, isso a gente não vai, por que o Governo não dá segurança para as pessoas que lutam por direitos humanos no Brasil”, afirma o padre, ao ressaltar que mesmo sem escolta policial, continuará com os trabalhos da Comissão.

Por atuar em diversas frentes sociais, padre Juquinha alega não saber de quem esta partindo as ameaças. “Aqueles que oprimem os pobres ficam muito nervosos quando a gente cobra do Estado, cobra dos municípios, para que seja resolvido o problema dos pobres. Nosso trabalho incomoda esse povo”, destaca.

As ameaças sempre anunciadas para terceiros. “Um dia desses falaram no IML e no Posto de Saúde do município de Candeias do Jamari, que os próximos a morrer seriam nós (SIC), por que a gente sabe muita coisa e fala demais”, repete o padre.

Denúncias

A escola em situação precária em que crianças de um assentamento em Candeias do Jamari estudavam, construída no meio do pasto de uma fazenda, foi apenas uma das denúncias feitas pela Comissão Justiça e Paz ao Ministério Público do Estado, que podem ter motivado as ameaças contra o padre Juquinha.

Desde a rebelião no presídio Urso Branco, em 2004, a Comissão também tem reclamado do tratamento desumano aos presos. “A alimentação servida no Urso Branco é um eterno problema. O arroz é cru, a carne mal cozida, muitas vezes azeda. Eles comem por que não tem outro jeito. Não vão passar fome. Mas, não é uma comida que se coma. As celas são uma sujeira. Os banheiros são um buraco, não tem vaso. Tem cela que não tem um ventilador”, denuncia o padre, que visita frequentemente a unidade.

Reforma Agrária

Outra bandeira da Comissão que provoca polêmica é o apoio aos pequenos

agricultores pela luta por um pedaço de terra e de condições dignas para viver.

“O Brasil faz que conta que existe reforma agrária. Coloca o agricultor num pedaço de terra e abandona. Para conseguir alguma coisa, eles precisam fazer manifestação em frente ao INCRA, fechar rodovias”, ressalta padre Juquinha ao denunciar que não há políticas que garantam a permanência do homem e da mulher no campo.

O padre também critica o dinheiro público gasto em grandes campanhas publicitárias na época da vacinação contra aftosa. “Para o governo, o gado vale mais que uma pessoa humana. Gasta milhares para cuidar de um rebanho, mas não tem recurso para cuidar dos pequenos agricultores”, finaliza.

Imagem News